



CONSELHO MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO E DEFESA
DOS ANIMAIS



000015

Ofício 12/2022- CMPDA

Toledo, 14 de outubro de 2022.

Ao Senhor **GABRIEL BAIERLE**

Presidente em exercício da Comissão de Legislação e Redação

PROCESSO Nº 2667/2022

14 / 10 / 22 - 10:49

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

João L. Lima

Assunto: **MANIFESTAÇÃO CMPDA – PL151 DE 2022**

De prima, cabe ressaltar que o Conselho Municipal de Proteção e Defesa animal, fica imensamente grato de ser reconhecido e incluído na presente demanda e que se mantém a disposição para demandas futuras que eventualmente apareçam.

É importante fazer a ressalva que, dentro dos membros representantes do Conselho, inexistente figura técnica especializada nos animais da fauna centro da questão, e por isso, indica-se um chamamento ao cerne do problema um especialista, sendo ele biólogo, zootecnia ou então engenheiro ambiental, para de que de forma exata, discorra sobre os melhores caminhos a serem tomados.

Entendemos que os fatores ligados a expansão e desenvolvimento urbano podem alterar as interações entre plantas e seus polinizadores, afetando desta forma, a estruturação e estabilidade das comunidades.

As áreas urbanas foram durante muito tempo, negligentes em relação às estratégias de conservação da biodiversidade. A riqueza de alguns grupos polinizadores, em especial as abelhas, podem e devem ser mantidas nas cidades, dependendo assim, dos suportes que a urbanização pode oferecer às espécies.

Sendo assim, tendo em vista a importância da presente questão, sabendo que as abelhas, em toda sua multiplicidade de espécies, são essenciais para a vida do planeta. Reconhecendo as evidências crescentes, que mostram que elas estão em declínio, devido ao uso de pesticidas, patógenos, fragmentação de habitats, intensificação agrícola e expansão urbana e ainda, entendendo que, atualmente, a urbanização é o tipo de terra que mais cresce globalmente, influenciando e muito na mediação e pouca compreensão sobre a diversidade de abelhas nativas, o Conselho deixa suas considerações sobre o assunto:



QUAL A IMPORTÂNCIA DA ARBORIZAÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA FAUNA?

A arborização urbana pode contribuir de forma positiva ou impactar negativamente a fauna urbana, não só a fauna, mas sim, toda a biodiversidade, pois o meio ambiente é um complexo muito mais amplo.

A atividade humana, principalmente no que diz respeito a ocupação dos espaços, interfere de forma direta nos recursos naturais, uma vez que as barreiras ambientais são subtraídas para alavancar os setores produtivos e na maioria das vezes, sem estudo de impacto ambiental.

A partir da formação das cidades, surgem os problemas de ordem ambiental, fruto de atividades produtivas a serem desenvolvidas, a própria dinâmica da sociedade e as demandas necessárias. Neste panorama de necessidades humanas, consumidoras de recursos naturais e seus impactos provenientes, há o grande desafio de concentrar esforços em ferramentas gerenciais e tecnológicas para reduzir os impactos ambientais e prover o crescimento sustentável de uma sociedade moderna, equilibrando, principalmente a vida humana, a fauna e a flora. Dessa forma, se não conhecermos essa extensão, de interligação de todos os elementos da natureza, pode gerar interpretações equivocadas ou até incompletas.

Atualmente, devido às grandes alterações geradas pelas atividades humanas, principalmente pelo processo de urbanização, é de grande importância a realização de trabalhos de avaliação da alteração da fauna devido à influência humana e recursos necessários para sua sobrevivência.

No estudo de Taura & Laroca (2001), sobre a associação de abelhas silvestre a um biótopo urbano (Passeio Público) em Curitiba, PR, os autores observaram, em avaliações consecutivas durante os anos de 1975, 1986/1987 e 1992/1993, que, em número de espécies, predominou a família Halictidae, com 32 espécies; porém, devido às atividades humanas, como poluição do ar, ruídos, tráfego intenso, presença de visitantes, jardinagem contínua e introdução de espécies vegetais, ocorreu uma simplificação crescente na composição avifaunística, que, por sua vez, favoreceu a organização de populações da família Apidae em colônias, sendo representada, predominantemente, pelas espécies:

Trigona spinipes, Plebeia emerina e Partamona helleri, que teve sua presença identificada a partir da segunda avaliação.



De acordo com os autores acima, os fatores que favoreceram a família seriam a disponibilidade de fontes de alimento ao longo de todo o período anual, devido a constante introdução de espécimes com floração, durante todo ano, que garantem atividade de vôo até no inverno, e, também, pela formação de locais propícios para nidificação, em ambientes. Embora exista uma multiplicidade de espécies arbóreas da flora brasileira, Lorenzi (2009), diz que não são todas as espécies de árvores que servem para o plantio em áreas urbanas, visto que algumas têm alto porte ou raízes volumosas, outras com frutos enormes ou quebram seus galhos facilmente com o vento e, isso acaba por colocar a população em riscos.

Porém, ainda neste estudo, observaram o favorecimento de algumas espécies e também notaram a redução ou desaparecimento de outras espécies, como é o caso das espécies *Bombus atratus*, *Neocorynura aenigma*, *Hyaleus rivalis*, *Dialictus* sp., *Panurginae* sp., o que se deve essencialmente à retirada de plantas da composição paisagística, como *Polygonum punctatum* e *Muehlenbeckia platyclada* pela prática da jardinagem no local e pela diminuição da área de solo exposto pelo asfaltamento.

Conforme a CEMIG (2011), existem aspectos a serem considerados em um projeto de arborização urbana em uma cidade sustentável:

- Escolha adequada da espécie em função do local a ser plantado;
 - Respeitar os valores culturais, ambientais e de memória da cidade;
 - Proporcionar conforto para as moradias, considerando aspectos relacionados a sombreamento, situação microclimática, abrigo e alimento para a fauna, diversidade biológica, poluição sonora e ambiental, condições de permeabilidade do solo, beleza da paisagem, contribuindo para a melhoria das condições urbanísticas;
 - Privilegiar espécies nativas regionais;
 - Qualificar novas áreas ou requalificar áreas consolidadas e periféricas, com benefícios socioeconômicos, além de agregar valor aos aspectos culturais;
 - Ser sustentável do ponto de vista econômico, ambiental, cultural e social;
 - Articular os espaços públicos às áreas particulares, valorando a função social e ambiental da propriedade particular;
 - Utilizar alternativas técnicas para distribuição da energia elétrica e iluminação pública, visando diminuir a quantidade e intensidade de poda de árvores;
-



- Planejar a manutenção da arborização. Dentre outros fatores, principalmente em locais públicos, deve ser percebida a tipologia toxicológica da árvore bem como, a presença de espinhos, galhos quebradiços e frutificação de tamanho demasiado, prevenindo dessa forma contra possíveis riscos para a população. Portanto, fica a cargo da pessoa que efetivará o plantio ter conhecimento desses agravos ou procura-lo junto aos agentes ambientais municipais.

A arborização urbana, desse modo, conforme destacam Dantas e Souza (2004, p. 8): "é fundamental, através dela, pode-se salvaguardar a identidade biológica da região específica são elas também que oferecem abrigo e alimentação à fauna local e desta forma protegem o ecossistema como um todo".

Sem mais para o momento, renovamos protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Dr. Mauricio Wilmsen
Médico Veterinário
CRMV - PR 10190

Dr. Maurício Orlando Wilmsen
Presidente do CMPDA - CRMV-PR 10.190
Gestão 2020-2023

REFERÊNCIAS



CONSELHO MUNICIPAL
DE PROTEÇÃO E DEFESA
DOS ANIMAIS



000019

CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais). Manual de Arborização. Belo Horizonte. Cemig/Fundação Biodiversitas, 2011.

TAURA, H. M. & LAROCA, S. 2001 A associação de abelhas silvestres de um biótopo urbano de Curitiba (Brasil), com comparações espaço-temporais: abundância relativa, fenologia, diversidade e exploração de recursos (Hymenoptera, Apoidea). Acta Biológica Paranaense, v. 30, n. 1-4, p. 35-137.

LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil, volume 3. 1. Ed. Nova Odessa/SP: Instituto Plantarum, 2009.
